

BOLETIM INFORMATIVO 10/2012

VOCÊ SABIA?

Leis sancionadas

A presidenta Dilma Roussef sancionou no último dia 17 de outubro o Projeto de Lei nº 12.726, que Acrescenta parágrafo único ao art. 95 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995. A alteração visa criar e instalar os Juizados Especiais Itinerantes que deverão resolver os conflitos existentes nas áreas rurais ou nos locais de menor concentração populacional. Informe-se:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12726.htm

A presidenta Dilma Roussef aprovou, com veto a 9 itens, o novo Código Florestal. O principal veto retira da proposta a flexibilização que os parlamentares queriam para a recuperação de áreas de preservação permanente (APPs) nas margens de rios. Com isso, o código continua prevendo obrigações de recuperação maiores para grandes proprietários rurais. Leia mais!

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.htm

Projetos de Lei

A Câmara dos Deputados aprovou no último dia 16 de outubro o Projeto de Lei nº 8035/10 que destina 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País para políticas de educação. A proposta segue agora para o Senado. Pelo texto aprovado, o governo se compromete a investir pelo menos 7% do PIB na área nos primeiros cinco anos de vigência do plano e 10% ao final de dez anos. Acompanhe!
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>

A Câmara dos Deputados está analisando o Projeto de Lei nº 4587/2012, que acrescenta um parágrafo ao artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho para fixar a obrigação de indenização por dano moral caso haja reversão judicial de demissão por justa causa. Saiba mais!
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=557627>

Está em análise na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4563/2012 que concede 90 dias para as pessoas físicas e jurídicas, intimadas por omissão ou atraso na entrega das declarações de rendimentos, regularizarem sua situação sem agravamento da penalidade. Fique de olho!
http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=557235&st=1

O Senado Federal está analisando o Projeto de Lei nº 358/2012 que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que os índices de reajuste das mensalidades dos planos de saúde sejam aplicados à remuneração por consultas médicas. Ou seja, de acordo com a lei, todo reajuste nas mensalidades dos planos de saúde deverá ser repassado ao valor das consultas na mesma proporção. Acompanhe!

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=107793

Com o objetivo de estabelecer uma regra única para emissão da segunda via da carteira de motorista em todo o território nacional, o congresso está votando o Projeto de Lei nº 4566/2012. Segundo a justificativa do projeto, o condutor que tenha sua carteira de habilitação danificada, roubada ou extraviada se depara com duas situações distintas ao requerer a emissão da segunda via: ou recebe autorização com validade de um mês apenas para dirigir em sua cidade ou se vê impedido de dirigir até ter a segunda via em mãos, trazendo prejuízos especialmente ao motorista profissional. Por isso, o projeto propõe que a segunda via da carteira de habilitação seja entregue de imediato ao requerente, atendidas as condições estipuladas na regulamentação do CONTRAN. Informe-se!

http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=557251&st=1

Com a proximidade dos Jogos Olímpicos de 2016 tornou-se urgente a regulamentação da Lei 12.649/2012, que concede até 31 de dezembro de 2015, isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados na importação de equipamentos ou materiais esportivos destinados às competições, ao treinamento e à preparação de atletas e equipes brasileiras. Aprovada na forma da Medida Provisória 549/2011 sancionada em maio deste ano, já pode ser aplicada pela regulamentação a cargo da Receita Federal. Referida MP reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.051, de 29 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Acompanhe!

<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/2012/lei12649.htm>

Nosso Boletim fica por aqui! Obrigado por nos prestigiar e nos colocamos à disposição para dúvidas, esclarecimentos, críticas e sugestões. ATÉ A PRÓXIMA!